

---

**MEMÓRIAS ALAGADAS: nova cartografia social dos impactos causados pela UHE de Estreito à comunidade ribeirinha de Palmeiras do Tocantins-TO**

**FLOODED MEMORIES: new social cartography of the impacts caused by the UHE of Estreito in the ribeirinha community of Palmeiras do Tocantins-TO**

**Laylson Mota Machado**

Mestre em Estudos de Cultura e Território (UFT), Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGS/UFPel), Pelotas, RS, Brasil.  
laylsonmm@gmail.com

**Airton Sieben**

Doutor em Geografia (UFU), Docente na Universidade do Federal do Norte do Tocantins e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Araguaína, TO, Brasil.  
asieben@mail.uft.edu.br

**Rejane Cleide Medeiros de Almeida**

Doutora em Sociologia (UFG), Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Araguaína, TO, Brasil.  
rejmedeiros@mail.uft.edu.br

**Resumo**

O presente trabalho aborda os conflitos enfrentados pela comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem em relação à Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). O objetivo é apresentar os resultados da sistematização da experiência do mapeamento social realizado na comunidade. Adotou-se como metodologias a observação participante e entrevistas de histórias de vida com os/as moradores/as do acampamento, a fim de apresentar as narrativas de resistências e as estratégias de enfrentamentos adotadas pela comunidade em relação aos impactos provocados pelos empreendedores da barragem, no caso o Consórcio Estreito Energia (CESTE). Desde a sua instalação, a usina continua a impactar a vida das comunidades tradicionais. O Acampamento Coragem surgiu em 2015, quando pescadores/as e ribeirinhos/as ocuparam a terra de posse do CESTE, empreendedor da usina, como forma de reivindicar os direitos violados com a construção da barragem. Como resultados da pesquisa, apontou-se que, mesmo após oito anos da construção da UHE de Estreito, a usina continua a impactar as comunidades ribeirinhas e seus modos de vida, assim como suas práticas profissionais, sofrendo compulsoriamente após a construção da barragem.

**Palavras-chave:** Mapeamento Social. Comunidade Ribeirinha. Resistências.

## **Abstract**

This work is addressing the conflicts faced by the riverside community of Camp Coragem in relation to the Estreito Hydroelectric Power Plant (MA). The objective is to present the results of the systematization of the experience of social mapping carried out in the community. As a methodology, participant observation and life story interviews with camp residents were adopted in order to present the narratives of resistance and the coping strategies adopted by the community in relation to the impacts caused by the dam's entrepreneurs, in this case the Estreito Energia consortium (CESTE). Since its installation, the plant continues to impact the lives of traditional communities. The Courage Camp emerges in 2015, in which fishermen and riverine dwellers occupy the land owned by CESTE, the plant's entrepreneur, as a way of claiming the rights violated with the construction of the dam. The results of the survey show that, even after eight years of constructing the Estreito Hydroelectric Power Station, the power station continues to impact the riverside communities and their livelihoods, as well as their professional practices, suffering compulsorily after the dam's construction.

**Keywords:** Social Mapping; Riverine Community; Resistance.

## **Introdução**

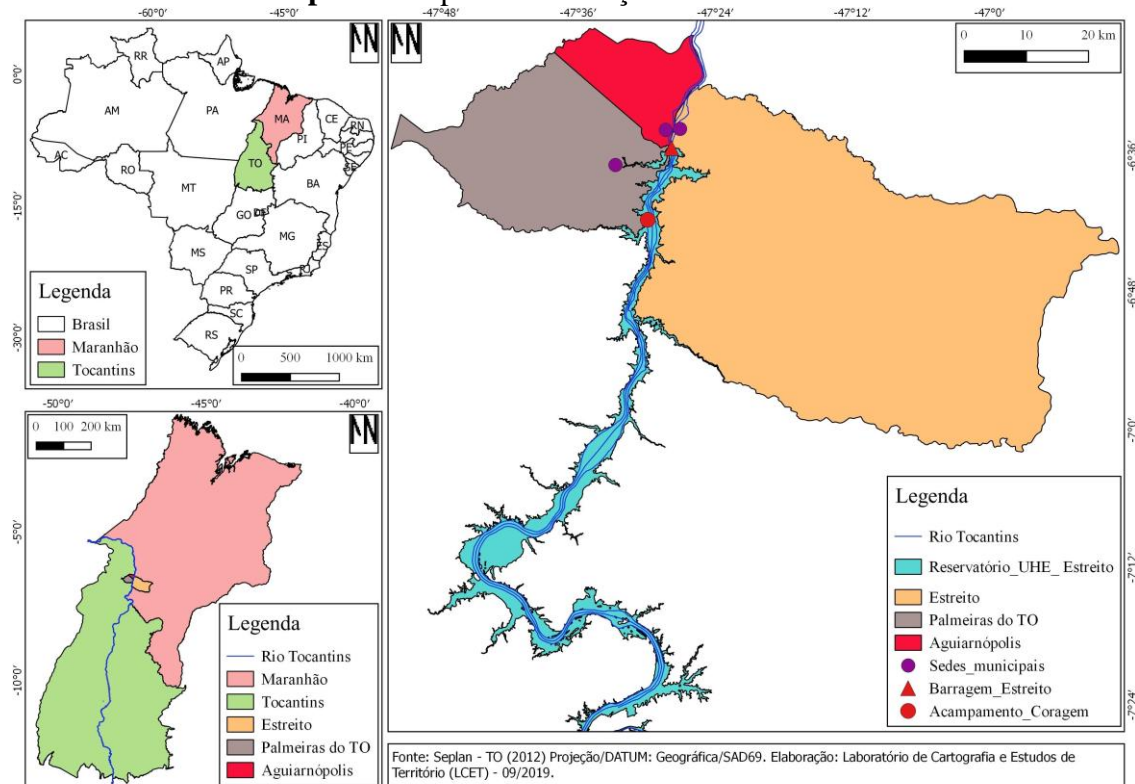
A construção de Usinas Hidrelétricas no Brasil tem sido palco de grandes desastres sociais e ambientais, em especial as violações cometidas às populações e comunidades atingidas por esses grandes empreendimentos. Dentre essas usinas, destaca-se a Usina Hidrelétrica de Estreito (MA), que desde sua construção no ano de 2007 tem deslocado inúmeras comunidades de seus territórios, e com isso, provocado diminuição na produção pesqueira e impactado compulsoriamente os modos de vida das populações ribeirinhas.

A Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE) está localizada na divisa entre os estados do Maranhão e Tocantins. Trata-se de um empreendimento que surgiu com a proposta de trazer o desenvolvimento à região, ao gerar energia por meio da força hidráulica dos rios e, com isso, contribuir para o crescimento econômico do país.

Conforme o mapa, a localização da área de estudo é o município de Palmeiras do Tocantins, ficando próximo à cidade sede em que o empreendimento está instalado, e próxima da barragem de Estreito, destacando-se a comunidade pesquisada. Como é possível observar, a comunidade instala-se às margens do rio, por isso se caracteriza como comunidade ribeirinha e a resistência e luta pela terra se dá justamente pelo fato

de procurarem um território que esteja às margens do lago/rio, para que, através disso, possam continuar com suas atividades de subsistência.

Mapa 1 – Mapa da localização da área de estudo



**Fonte:** SEPLAN – TO (2012) Elaboração: Laboratório de Cartografia e Estudos de Território - LCET (2019).

O Acampamento Coragem localiza-se no município de Palmeiras do Tocantins (TO), que fica a, aproximadamente, 12km do município de Estreito (MA), onde a usina está instalada. Este território é composto por um grupo de pescadores/as e ribeirinhos/as que utiliza a terra para continuarem exercendo suas atividades profissionais. Os/as moradores/as da comunidade são atingidos pela barragem, sendo a maioria associados à Colônia de Pescadores Z37 da cidade de Estreito e, em decorrência da instalação da barragem e dos efeitos sofridos com a construção do empreendimento, passaram a migrar buscando formas de exercerem suas atividades de subsistência.

A comunidade é formada por trinta e seis famílias, totalizando aproximadamente cem moradores que ocupam um território de posse do Consórcio Estreito Energia (CESTE), em Palmeiras do Tocantins (TO), como forma de reivindicar modos de vida

ribeirinhos e continuarem a viver às margens do rio. A ocupação do território é datada de outubro de 2015, quando, conjuntamente, reivindicavam seus direitos e, com o apoio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), passaram a ocupar esta terra como luta pelos direitos negados e resistência acerca da procura por continuar exercendo seus modos de vida.

Nesse sentido, o presente estudo abarca uma comunidade migrante que, desde a instalação da barragem de Estreito na região, tem sofrido com os deslocamentos compulsórios ocasionados pelo grande empreendimento. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar os conflitos enfrentados pela comunidade ribeirinha em relação à Usina Hidrelétrica de Estreito, com base na sistematização dos resultados obtidos na experiência do mapeamento social realizado na comunidade.

Para este artigo, busca-se apresentar os resultados da sistematização da experiência do mapeamento social realizado pela comunidade a partir dos conflitos que a mesma enfrentou, antes, durante e depois da implantação da usina na região.

Utilizamos a abordagem qualitativa para descrever e analisar a percepção dos/as moradores/as do Acampamento Coragem, em relação aos impactos e deslocamentos sofridos. Utiliza-se da história oral de vida, de acordo com as abordagens de Meihy (1992), que contribui por meio da narrativa das experiências de vida da população atingida ao confienciarem suas vivências.

A observação participante também foi uma metodologia adotada, pois contribui para a análise das formas de organização social e política dos/das atingidos/as a partir das suas participações em reuniões mensais, ocorridas no acampamento, como também em ações adotadas para enfrentar os problemas gerados pela UHE de Estreito. Igualmente, buscou-se observar a participação dos moradores/as no processo de pesca, fabricação das redes, plantio e colheita dos alimentos da roça, mudança da localização de suas casas e cuidados com os animais e a terra.

Através disso, a participação por meio da observação traz uma gama de dados além de promover um contato próximo com a comunidade pesquisada. Com isso, o uso de caderno de campo subsidiou esta técnica para que, com base nas observações, os dados fossem registrados.

Para contribuir com a malha teórica deste estudo, também utilizamos o mapeamento social como instrumento de coleta de dados. Este é um dos instrumentos

de pesquisa utilizados na Nova Cartografia Social. Seu objetivo é garantir a participação da comunidade no mapeamento do território que ocupa. De acordo com Almeida (2013), tal método é uma forma das comunidades tradicionais participarem da produção cartográfica, e, por meio disso, realizar a representação do território da forma como a própria comunidade se identifica.

Tais pressupostos pautam-se nos objetivos utilizados nos projetos desenvolvidos pela Nova Cartografia Social, que realiza o mapeamento social das comunidades tradicionais da Amazônia, sendo compreendida como produto das representações sociais, culturais e políticas que o mapeamento possibilita de determinado território (ALMEIDA e SOUZA, 2017, p. 289). Cabe ressaltar que o mapeamento é um dos instrumentos metodológicos utilizados para a realização da cartografia. Compreendemos que, nessa etapa, utilizamos apenas de um dos instrumentos utilizados nas oficinas de formação do projeto Nova Cartografia Social. Entretanto, elencamos seus pressupostos metodológicos para elaboração do mapeamento realizado na comunidade.

Nesse sentido, utilizamos desse instrumento para situar o território ocupado pela Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem, realizando um mapeamento que conta com a participação da mesma. A atividade ocorreu no dia 12 de dezembro de 2019, quando a comunidade, coletivamente, construiu o mapeamento do território, representando um mapa situacional.

De acordo com Acserald (2010, p. 5), a cartografia construída pelas comunidades tradicionais retratam não simplesmente os espaços físicos a se demarcarem no território, elas imprimem e afirmam seus modos de vida ao cartografarem suas comunidades. A representação cartográfica realizada pela comunidade imprime ao mapeamento significados de identidade, dado o fato de que a participação dos acampados neste processo destaca as formas como se situam no território em disputa, como desenham seus lotes, suas vivências e práticas culturais. É o meio de reafirmar seus modos de vida e, tratando especificamente da comunidade em estudo, reafirmar sua luta enquanto ribeirinhos.

Do ponto de vista teórico, utilizamos Raffestin (1993) ao definir que o espaço antecede o território, este resulta de uma ação conduzida por um ator, que, com posse do espaço é quem o territorializa. Seguindo esses pressupostos, a população do

Acampamento Coragem tem buscado formas de se territorializar na terra que hoje ocupam, e, com isso, fixar novas territorialidades em um território que atualmente está em disputa contra os empreendedores da usina. Destacamos o lugar que a comunidade ocupa atualmente seguindo as abordagens de Tuan (1983, 2012), tendo em vista que o princípio da ocupação perpassa as experiências e memórias que a população tem sobre o território alagado.

Por meio disso, o presente artigo se propõe a destacar a representação de um território em disputa, buscando através do mapeamento social elencar os processos de luta e resistência enfrentados pelos/as acampados/as. O artigo está dividido em quatro seções, seguidas das considerações finais. A primeira seção discorrerá sobre a Usina Hidrelétrica de Estreito e seu processo de construção, destacando como, desde os debates da vinda da barragem para a região, os impactos atingiriam a população; em sequência, debate-se sobre o lugar ribeirinho destacando a experiência, memória e vivência que a população que hoje vive na comunidade tem com o território que perderam; na terceira seção, apresentamos a cartografia da comunidade, representando através do mapeamento social as identidades culturais e territoriais que a população constrói com a terra que ocupa; na quarta seção trazemos as narrativas e resistências que o processo de luta pela terra e território trazem às narrativas dos/as acampados/as, os quais destacam a ocupação como a forma de continuarem com suas práticas de subsistência. Por fim, nas considerações finais, sintetizamos os resultados da pesquisa e apontamos as formas como o empreendimento tem acarretado em impactos irreversíveis que essas populações enfrentam com os conflitos ocasionados pela construção desses grandes empreendimentos.

### **Usina Hidrelétrica de Estreito: reflexões sociais**

A Usina Hidrelétrica de Estreito passou por um grande processo de negociação administrado pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE) que gerenciava a construção do empreendimento, por tratar-se de uma associação de empresas nacionais e multinacionais, ou seja, das grandes empreendedoras da usina, sendo elas: Engie do Brasil Energia, Vale, Alcoa e InterCement.

O início da construção da barragem de Estreito ocorreu em 05 de fevereiro de 2007, passando a atingir a represa dos dois municípios do estado do Maranhão (Carolina e Estreito) e dez do estado do Tocantins (Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiritins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins). De acordo com Santiago (2014, p. 23), “Cerca de oito mil trabalhadores envolveram-se diretamente com a finalização da construção da UHE, que obteve investimentos na ordem de R\$ 4 bilhões e terá uma potência instalada de 1.087 MW”.

Dado o exposto e segundo o autor, os direitos da implementação da barragem já haviam sido conquistados pelo CESTE em 2002, através de um leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As empresas multinacionais estavam envolvidas no processo de construção da usina, como na exploração dos recursos naturais, visando o crescimento econômico.

Após ganhar no leilão promovido pela ANEEL, as demandas seguintes vieram sobre os Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) que apresentou falhas e faltas “[...] durante a leitura dos mesmos e no acompanhamento dos processos ao longo do desenvolvimento da pesquisa, além dos compromissos assumidos e que não foram cumpridos e/ou dos que foram cumpridos de maneira precária” (PEREIRA, 2015, p. 98).

Mesmo com os direitos da usina tendo sido conquistados pelo CESTE, muito ainda se discutia sobre a sua instalação, dado que em 2003 o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), tendo analisado os EIA/RIMA, solicitou ao consórcio que realizasse um estudo complementar, em razão de não poder contemplar a usina com a Licença Ambiental sem a realização de novas audiências públicas. Com isso, realizaram novas audições em que as comunidades indígenas Khahó, Apinajé e Krikati estiveram presentes, por terem sido atingidos pela UHE de Estreito (SANTIAGO, 2014).

Apesar de toda a resistência e luta contra a implementação da usina, “[...] a Licença Prévia (LP) foi concebida em abril de 2005, sem o aval técnico do IBAMA, que chegou a identificar 54 pontos incompletos para a emissão desta”. (SANTIAGO, 2014 p. 27).

Almeida (2007) destaca que, após análises do EIA/RIMA, o IBAMA solicitou estudos complementares para esclarecimentos técnicos e detalhamento acerca dos impactos da usina, além de esclarecimentos sobre os impactos nas terras indígenas Apinajé. Após as exigências, foi apresentada em audiência pública com representantes dos povos indígenas Apinajé, Gavião, Krahó e Krikati, aos representantes da Associação Indígena WytTy-Catê, uma solicitação de que a licença prévia do empreendimento não fosse concedida, tendo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) solicitado a análise dos estudos complementares pelos órgãos indigenistas.

Em decorrência da licença prévia, as obras iniciaram-se em 2007, mesmo com a relutância das comunidades indígenas, como também dos ribeirinhos e pescadores, que, desde as audiências, se incomodaram com a vinda da usina para a região.

Por estar situada na divisão entre dois estados, as licenças para a construção da usina passaram pela aprovação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA) e Instituto de Natureza do Tocantins (NATURATINS), um órgão de cada estado, respectivamente, que pouca atuação tiveram diante da aprovação de tais licenças.

A saída da licença prévia foi alvo de comemoração por boa parte da população estreitense na época, tendo em vista os altos preços dos imóveis, como os grandes investimentos no crescimento urbano da cidade ocorrido em razão da grande migração de trabalhadores para a construção da usina. Os preços dos aluguéis subiram absurdamente, assim como o crescimento de todo o comércio local.

Esta foi a época em que a cidade suportou o maior número de habitantes e, junto com a demanda, veio o crescimento de fenômenos como a violência e a exploração da prostituição, entre outros fatores que estavam presentes no município durante todo o processo de construção da barragem. A cidade de pequeno porte não estava preparada para receber tamanho empreendimento. Cabe ressaltar que, em decorrência disso, o município passou por um grande processo de adaptação como o crescimento imediato da população, os índices de circulação e da falta de políticas para os trabalhadores que migraram para a cidade por razões trabalhistas.

Desde sua instalação, a usina tem impactado o meio ambiente agressivamente, em decorrência do alagamento do reservatório de água, como ocorreu com o lago que se instalou no ano de 2011, alagando a área 400km<sup>2</sup>, retirando várias famílias do local,



assim como pontos turísticos que foram totalmente inundados por causa da formação do lago.

O projeto hidrelétrico da UHE de Estreito destaca-se por estar instalado em um estado e ter o maior número de municípios atingidos de outro. Por se instalar entre a divisa dos estados do Maranhão e Tocantins, a casa de Força e sede da usina ficou instalada na cidade de Estreito (MA) e o vertedouro, no município de Aguiarnópolis (TO).

Em 2010, com mais de 95% do cronograma físico da obra cumprido, o CESTE e o governo federal comemoravam a celebridade do projeto. A visita do então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva ao canteiro de obras da UHEE marcou o fechamento da primeira comporta do vertedouro, iniciando-se o processo de enchimento do reservatório. Em 2011, a UHEE pôs em operação quatro unidades geradoras das oito turbinas do empreendimento, representando 50% da capacidade nominal instalada de geração de energia da Usina. No ano de 2012, todos os geradores estavam em pleno funcionamento (CARVALHO, 2018, p. 74).

Após enchimento do reservatório e fechamento das comportas, a concretização do empreendimento não se prolongou muito, tendo sido inaugurada em 17 de outubro de 2012, estando presentes na cerimônia de inauguração o presidente do senado José Sarney, o governador do Maranhão Washington Luiz Oliveira, o governador do Tocantins, Siqueira Campos, e a presidenta da República, Dilma Roussef, sendo acompanhada por Marcelo Crivella, ministro da pesca (SANTIAGO, 2014).

A UHE de Estreito teve 1.020 famílias deslocadas compulsoriamente, segundo os relatórios do EIA/RIMA, entretanto, o MAB destaca que aproximadamente cinco mil famílias foram deslocadas em decorrência da barragem de Estreito (CARVALHO, 2018). Dentro do número de famílias deslocadas/desterritorializadas destacam-se os interlocutores do presente estudo, os moradores do Acampamento Coragem que, desde a implantação da usina, buscam formas de melhorias de vida, resistindo aos efeitos, ameaças e conflitos que o empreendimento causou e causa em suas vidas.

### **“A Beira do Rio é o Nosso Lugar”**

O lugar é uma categoria geográfica abordada por estudiosos para descrever a relação e os valores que diferentes grupos sociais atribuem ao ambiente em que vivem. Nesse sentido, o lugar para os/as ribeirinhos/as do Acampamento Coragem tem um

sentido para além do geográfico e físico: o lugar é sociológico, tendo em vista as relações de afeto e as experiências construídas no lugar em que viviam.

Em suas narrativas, percebe-se que o lugar alagado é presente em suas memórias, relacionando-o às práticas e experiências realizadas no período antes da construção da barragem. A partir desses pressupostos, o rio, mais especificamente a beira do rio, como enfatizado pelos/as interlocutores/as da pesquisa é o lugar que classificam como seu. Em sua fala, o pescador se localiza física, geográfica e socialmente: “A beira do rio é o nosso lugar”. As práticas de subsistência do pescador realizam-se às margens do rio. Nesse sentido, ao definir a beira do rio como seu lugar, o pescador associa a experiência de vida que este tem, dado o fato que a experiência “[...] é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade” (TUAN, 1983, p. 9).

Por meio disso, ao relatarem em suas histórias de vida os significados que a terra e o rio têm sobre suas vivências e modos de vida, os/as acampados/as discorreram formas afetivas do que este lugar representa para eles: “Significa muita coisa. É o que eu quero uma terra pra sobreviver em cima dela. O rio pra mim é um pai e uma mãe. Fui criado na beira dele e é de onde tiro meu sustento” (M.M.S, 61 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 10/07/2019).

Para outro interlocutor da pesquisa, “A profissão nossa é na água que é aonde o pescador vive. A terra e o rio é bom e eu não trocaria ela por nada. Quero é a terra” (A.N.S, 52 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019). Os valores atribuídos aos recursos ambientais perpassam as histórias destas populações, tais narrativas imprimem a afetividade com aquilo que a terra e o rio lhes proporcionam, representando um valor imaterial.

Da mesma forma como estão relacionadas ao modo como viviam anteriormente e ao sossego que tinham, como destaca a pescadora: “Boas coisas, porque a gente planta, a gente colhe, pra mim é bom demais. Porque aqui é um sossego pra gente e sossego não se compra” (G.P.S, 58 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

O sossego, a produção e a realização em estar na beira do rio e de continuarem exercendo suas atividades culturais e profissionais perpassam narrativas de resistência e subsistência. Com isso, as percepções de lugar e memória do território alagado estão

presentes em seus relatos, tendo em vista que a fixação de uma nova territorialidade ocorre através daquilo que o lugar significa para estas comunidades.

Tais concepções associam-se às relações intrínsecas que os/as moradores/as têm em relação ao meio ambiente, dado o fato que “O meio ambiente natural e a visão do mundo estão estreitamente ligadas: a visão de mundo, se não é derivada de uma cultura estranha, necessariamente é construída dos elementos conspícuos do ambiente social e físico de um povo” (TUAN, 2012, p. 116).

A beira do rio como lugar dos/as atingidos/as se dá através dos significados que este meio ambiente natural representa sobre os modos de vida dessas populações que, conforme apontado por Tuan (2012), são construídos social e fisicamente na cultura de um povo. Nesse sentido, o rio como lugar dos/as pescadores/as relaciona-se com o território cultural deste povo e com as relações imateriais que este obtém acerca deste lugar.

A terra pra mim significa muita coisa, porque [...] eu sou analfabeto, o que eu aprendi foi trabalhar mesmo, de roça, porque eu sempre trabalho de roça e pescando. Então a terra pra mim é uma coisa de grande importância na minha vida, porque eu tá na terra e tendo chance de trabalhar eu sei me dirigir. Eu sei plantar um arroz, sei plantar um feijão, mandioca, eu sei plantar o milho, sei o tempo da gente plantar pra colher no tempo certo. Então a terra pra mim, nesse sentido, é quase tudo. Primeiro lugar porque minha profissão é pescador né, ai minha vida depende do rio. Depende mais do rio porque, se eu me achar sem a terra e sem o rio acabou, né. É passar muita fome (J.P.C, 61 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/09/2019).

Nesse sentido, conforme destacado pelo pescador, a sua relação com a terra e o rio vai para além dos modos de subsistência. A forma que este utiliza para viver bem, tendo em vista que esses recursos são os meios que utiliza para sobreviver desde a infância, a terra e o rio pra ele, tem o sentido para além do trabalho, pois são as representações de vida.

Estar na beira do rio é a prática cultural da vida de pescadores/as: “Significa tudo, porque além de eu tá na terra eu fico na beira do rio. Porque nois estando perto da água é uma maravilha” (D. B. S, 52 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/07/2019). A maravilha em estar às margens do reservatório ou rio, como viviam antes da barragem, acontece pelo fato de que seus percursos e trajetórias ocorrerem no rio, e a morada nas suas margens facilita seus modos de vida.

Os significados dados a estes recursos é destaque na fala do morador: “A terra tá boa, tá significando muita coisa. Porque tem o lugar pra eu morar e o sossego meu. O

rio tá devagar, mas tô me mantendo dele” (C.B.N, 59 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019). O “devagar” que o pescador menciona acerca do rio, ocorre pelos impactos ocasionados na produção pesqueira que tem sido destaque nas narrativas como um dos maiores impactos enfrentados por eles.

Nas incursões a campo e nos trajetos feitos por meio da canoa ou voadeira, percebeu-se esta relação afetiva e cultural com o rio, dando a visão territorial sobre os significados atribuídos ao rio Tocantins. Muitos dos/as pescadores/as seguiram a profissão dos pais e, desde criança, exercem a atividade da pesca e conhecem o rio como ninguém. Com isso, ao ouvir seus relatos e observar seus cotidianos na pesca e na roça, podemos refletir acerca de como esse território em disputa tem importância em suas vidas, e que a resistência envolve questões para além de reivindicações de direitos negados, mas de sobrevivência.

A Fotografia 1 ilustra as práticas pesqueiras e as formas como são realizadas pelos/as ribeirinhos/as, assim como a representação e significado que tem o rio para os interlocutores da pesquisa. O ir e vir do lago se constitui em prática cotidiana da população ribeirinha. Entre os dias que estivemos acampados, pudemos acompanhar os trajetos de uma das famílias para entender as formas que se realizavam a pesca, desde o colocar das redes, no entardecer do dia, até a retirada destas no amanhecer do outro dia.

**Fotografia 1** – A beira do rio: a pesca no reservatório



**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Destaca-se, na Fotografia 1, a realização destas atividades: uma das famílias me acompanhou no trajeto de percurso no campo e foi nesse percurso, no lago, que notou-se a relação intrínseca com o rio, em destaque o conhecimento acerca dos lugares que foram alagados, pois, na volta da pesquisa de campo, a família me mostrou o território que viviam antes da vinda da barragem para a região, mostrando aquilo que a barragem lhes tirou, discorrendo de onde viviam e como eram suas vidas, destacando inclusive o lugar da vazante, onde colocavam a rede de pesca e criava suas galinhas.

O lugar de referência e a memória estão presentes na vida dos moradores do Acampamento Coragem. O rio Tocantins é conhecido por todos eles, tendo em vista que, desde o início de suas vivências na pesca, percorre o rio a jusante e a montante, destacando todos os processos e efeitos que o rio sofreu em decorrência da usina.

Destacamos como esta relação com o lugar é um dos impactos sofridos por essa comunidade e que a resistência utilizada em continuar vivendo às margens do rio perpassa aquilo que o lugar significa para eles, dado o fato de que a beira do rio é o lugar desta comunidade, pois são ribeirinhos/as, como se caracterizam.

Nesse sentido, a memória está presente nas histórias de vida dos/as pescadores/as sempre ao recordarem do lugar alagado e de suas práticas profissionais na época anterior à barragem. Conforme destaca Halbwachs (2004), é por meio da memória que se apresenta ao grupo um quadro de si mesmo. Segundo o autor, a memória é um processo de construção, de acordo com a relação dos sujeitos no tempo e espaço.

A memória serve, assim, como fonte de identidade ao grupo, fixando nestas características que vão se perpetuando e servindo como fator identitário. “O grupo, quando considera seu passado, sente, acertadamente, que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo” (HALBWACHS, 2004, p. 87). Através da memória, o grupo mantém tradições e costumes mesmo que o tempo passe, ou que a vida mude, como ocorreu com os/as acampados/as.

Destaca-se que a memória do lugar, tendo em vista que as comunidades ribeirinhas, ao ocuparem um território, buscam fixar novas territorialidades, a partir daquilo que seu antigo território significou, em suas trajetórias de vida. Michel Pollack (1992) dialoga com Halbalwachs (2004) sobre a memória que é “um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos

também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”. (POLLACK, 1992, p. 5). Os dois consideram a memória como construção social, do grupo. Há, então, pela memória, o sentimento de identidade, por meio do qual se afirma a identidade do grupo.

Com isso, a memória abarca os sentidos e significados que os/as moradores/as do acampamento atribuem ao território que foi alagado pela UHE de Estreito, sendo que, nos seus processos de resistência, ao buscarem a conquista da terra em que ocupam, estão rememorando o lugar de onde foram deslocados. Tendo em vista que o fixar de uma nova territorialidade perpassa a memória que estes têm do território alagado. Por meio disso, a memória a este lugar marca narrativas de lembranças, pertencimento e experiências dos ribeirinhos acerca do território onde foram desterritorializados, como destacado por uma das acampadas ao ser perguntado sobre o que mais sentia falta do seu antigo território: “Só a falta do meu lugar de eu plantar a minha vazante” (G.P.S, 58 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

A lembrança que eu tinha porque a fartura era grande sabe. A gente tinha [...], é porque tinha melancia, tinha abóbora, era todo tempo sabe?! Tinha abóbora, tinha macaxeira, era direto, sabe. Melancia, lá perto dos canteiros a gente plantava o maxixe e era o tempo todo. De inverno a gente vivia em cima de verão embaixo, a horta era melhor do que em cima de inverno. Neste tempo todim tinha a fartura, era nesse tempo, melancia quando era o mês de agosto em diante, o caba levava era as canoada cheia todo final de semana (C.B.N, 59 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

A fartura, tanto na produção pesqueira, como na produção da vazante, destaca-se nas histórias contadas da forma como viviam antes da barragem, da lembrança saudosa da forma como viviam bem, marca narrativas de luta por modos de vida dignos a estas populações, que atualmente sofrem com os efeitos da chegada dos grandes empreendimentos.

“A gente lembra e sente saudade. Aquela tranquilidade que a gente tinha. Nunca pensei que ia sair de lá de mão abanando. Por tá desprezado é que faz eu tá na luta” (J. P.C, 61 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/09/2019). O pescador destaca o desprezo como impulso para continuar a lutar e continuar reivindicando os modos de vida que foram impedidos de ter com a instalação da usina.

A paisagem, o lugar e o território são marcas das formas como viviam e realizavam suas atividades, além da saudade, tanto da renda obtida com a pesca nessa época, como das plantações que tinham, conforme destaca a pescadora: “Era bom, eu

lembro muita coisa boa. Tinha muita plantação, eu sinto falta dos peixes e dos pés de manga” (M.S.M, 55 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/07/2019).

A memória do lugar perpassa narrativas saudosas e afetivas, desde as plantações, a produção pesqueira, como também sobre como era a vida antes da desterritorialização. Com isso, destacamos os processos de adequação a um novo lugar, tendo em vista que a realidade que vivem hoje se difere em muitos aspectos da vivida antes da barragem, portanto, a memória e percepções do lugar perpassam tanto o campo da saudade, como também as formas de fixarem novas territorialidades às margens do rio.

### **Cartografando o Território: a vida ribeirinha**

No dia 12 de dezembro de 2019, foi realizado o Mapeamento Social na Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem, com a presença da equipe responsável para realização desta atividade, que teve a coordenação de uma professora especialista no assunto.

Chegamos à comunidade por volta das 09h29min. Todos os acampados já nos aguardavam, tendo em vista que já estavam cientes de que a atividade iria se realizar naquele dia, e, anteriormente, em reunião comigo, combinamos todas as demandas necessárias para a realização da cartografia, como: almoço, transportes e gastos com os deslocamentos da equipe de pesquisa que auxiliaria na realização da cartografia.

Inicialmente, a comunidade se apresentou para, em seguida, darmos início às atividades. Logo após, foram apresentados os principais objetivos da cartografia social e a forma com que seria elaborada, destacando que a própria comunidade é quem produziria o mapa.

A cartografia inicia-se às 10h25min. Os materiais são postos à mesa e os moradores se reúnem em torno dela para decidirem como fazer o mapa. De início, não compreendem bem o formato, pois imaginavam que cada um desenharia seus lotes separadamente e depois juntariam no mapa, após visualizarem o papel que media quase o comprimento da mesa foi que iniciaram os debates de como e por onde iniciariam. Esse período foi de muita indecisão e dúvidas, o que logo se resolveu quando um dos moradores fez a demarcação de todo o território no papel para, logo após, cada acampado desenhar seu respectivo lote.

Na Fotografia 2 destaca-se o início do processo da cartografia social. Após a explicação da equipe que coordenava a atividade, a comunidade iniciou o mapeamento demarcando o papel branco e localizando o loteamento de cada acampado do primeiro ao último lote. O início do mapeamento ocorreu com os/as moradores/as dos primeiros lotes iniciando o processo, para que, em seguida, cada morador, ao visualizar seu espaço no mapa, pudesse desenhar seu lote e o que o mesmo representaria na cartografia.

**Fotografia 2** – Início da cartografia social



**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

No decorrer do processo, muitos questionavam sobre o espaço que cada lote teria no mapa e que não caberiam todos os lotes. Em alguns casos se ouviu breves discussões tais como “Mas o lote dela tem mais espaço que o meu”, “Não deixaram espaço pra eu colocar nada”, “Só desenharam um pilão preto e um pinto, cadê minhas plantas? Meu lote não tem só isso não”. Essas foram falas que se observou durante a realização da cartografia. Por ser um número significativo de lotes, 36 no total, os/as moradores/as que iniciaram o mapa situacional ocuparam um espaço significativo no mapa, destacando um espaço maior do que os que realizaram por último.

Nesse momento, pudemos observar a disputa por espaço, em que os próprios moradores ao destacarem na cartografia as suas territorialidades, de alguma forma



entraram em conflito, pelo lote do outro ser maior que o seu, por exemplo. O espaço, tanto no papel como no próprio território, pode destacar as formas como o território é representado.

Na disputa pela terra, o debate sobre os lotes tem sido uma demanda bastante discutida entre os moradores, como o fato de que alguns não plantam, não moram e não criam, o que acarreta em conflitos internos, tendo em vista que a luta pela permanência na terra pauta-se no morar, plantar e viver no Acampamento.

Na Fotografia 3 pode-se visualizar como se deu o início do processo do mapeamento social da comunidade. Cabe ressaltar que toda a comunidade participou, tanto homens como mulheres e, inclusive, as crianças que ajudaram os pais a colorirem o mapa. Após alguns embates, a construção do mapa ocorreu e cada morador desenhou seu lote e estrutura do território, conforme suas vivências. Após o almoço, retornamos à confecção da cartografia. Cada morador, depois de compreender o processo do mapeamento e visualizar o mapa, expressou satisfação com a feitura do mapeamento.

**Fotografia 3** – Mapeando o Acampamento



**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Conforme destaca Brito (2019, p. 76), “O processo de confecção dos mapas perpassa o envolvimento prático e simbólico dos atores cartográficos”. Ao perceberem que a cartografia ia tomando forma, muitos visualizaram seus lotes e vivências destacados no próprio mapa, e esse foi um feito realizado pela própria comunidade que

confeccionou o mapa da forma que, conjuntamente, encontraram de melhor representar o acampamento.

Segundo Ascerald (2010), a caracterização da natureza e as tramas territoriais que estão presentes no mapeamento, configuram diferentes meios de produção social destes territórios, assim como suas relações de construção, seja por apropriação direta, por intermédios legais, ou por questões identitárias de como, através dos mapas e meios representacionais, eles irão descrever a comunidade.

Por meio disso, destacamos que a atividade que se realizou teve o intuito de, coletivamente, construir o mapeamento da comunidade. A sua realização enfrentou uma série de conflitos e discussões. Entendemos a importância e relevância da participação da comunidade na construção do mapa, entretanto, por ser algo novo a eles, muitos, de início, ficaram recolhidos diante do processo, apenas observando de que forma iriam construir o mapa.

A demarcação dos lotes foi um dos debates discutidos pela comunidade durante o mapeamento. Quando se viram diante de um papel branco, sem riscos e que eles seriam as pessoas responsáveis por construí-lo, a partir de suas experiências, ficaram atônitos, buscando melhores explicações. Entretanto, a equipe responsável sempre lhes instruíu que o mapa seria feito da forma como eles decidissem em conjunto. A partir daí iniciaram o debate: “Começa pela cachoeirinha e vem descendo”, pois a cachoeirinha é o ponto de referência onde se inicia o acampamento, e a ponte do Curicaca é onde o território termina.

Após alguns debates, decidiram iniciar demarcando o território, dando o primeiro risco no papel em branco, fazendo as demarcações territoriais, destacando as curvas do lago e a forma como se constrói o acampamento. Em seguida, desenharam, cada um, seu lote, começando pelo último deles, para que assim os próximos pudessem dar sequência ao desenho.

Conforme a Ilustração 1, visualiza-se o trabalho final do mapeamento. Mas, antes de sua conclusão, cada morador ansiava pela hora de desenhar seu lote. A espera gerou discussões e incertezas, pois os primeiros que desenharam utilizaram um espaço maior no papel. Durante a oficina se ouvia “Não vai caber o meu, agora que tá no lote de fulano, quando chegar no meu já acabou o papel”, como bem pode-se observar, existe uma divisão de espaço dentro do próprio mapeamento. É nítido que os primeiros a

desenharem utilizaram um espaço maior, fazendo com que os demais não tivessem tanto espaço para desenharem seus lotes, como é perceptível os pequenos espaços que utilizaram para caber os lotes de todos. Isso ocorreu após muita discussão de que eles deveriam ter dividido antes de iniciarem o desenho.

Na Ilustração 1, visualizamos o trabalho feito pela comunidade. Conforme observa-se, em cada lote, além de seu espaço, destacam-se as casas, as criações, as plantações de cada acampado, representando a partir deste mapeamento social, os modos de vida dos moradores do Acampamento Coragem. A partir disso, a própria comunidade torna-se participante do processo de demarcação do território, tendo em vista que o objetivo da cartografia social parte do pressuposto de destacar a forma como a própria comunidade se visualiza perante o território.

**Ilustração 1** - Mapeamento Social do Acampamento Coragem (2019).



**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Através disso, podemos visualizar as práticas culturais e profissionais dos moradores. Quando se denominam ribeirinhos, os acampados estão se identificando enquanto moradores da beira do rio, pois o pescador, o vazanteiro necessita do rio pra sobreviver. Nesse sentido, podemos visualizar no próprio mapeamento as formas como

o ser ribeirinho se representa. Os barcos ancorados, as plantações, a construção de suas casas destacam-se como práticas ribeirinhas.

A representação que os moradores atribuem ao território marcam narrativas de luta, resistência e continuidade das práticas profissionais e modos de vida. O ocupar perpassa o sentido de continuarem às margens do rio para exercerem suas práticas de subsistência, pescando e plantando. Conforme o pescador, a representação em estar no acampamento:

Significa muita coisa, porque antes do assentamento nois... depois que nois perdemo nossos lugares não tinha pra onde a gente ir, e agora com esse assentamento a gente tá sossegado. O que representa pra mim é isso, só de a gente ter, tá em cima de uma terrinha dessa sossegado, pra mim representação melhor do que essa não tem (C.B.N, 59 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

Por meio disso, o mapeamento social e os registros realizados pelos moradores/as do Acampamento Coragem apresentam elementos importantes das histórias de vida desses interlocutores na luta pela terra, na memória do lugar, e na organização e construção de identidades.

Destaca-se como a realização deste mapeamento caracteriza práticas culturais e territoriais, “Chamamos aqui de tramas territoriais ao movimento configurado pelos diferentes meios de produção social dos territórios e suas relações constitutivas” (ACSERALD, 2010, p. 10). Assim, a representação da comunidade ocorre na forma com que o mapeamento participativo ocorreu, o que demonstra as tramas territoriais que os próprios acampados construíram na realização do mapa.

Portanto, compreende-se que a participação coletiva da comunidade na realização da cartografia abarca sentidos e significados que o território ocupado perpassa a esses sujeitos. Tendo em vista que “O território é um produto sócio espacial, de relações sociais que são econômicas, políticas e culturais de ligações internas e externas” (SAQUET, 2007, p. 80). Com isso, associa-se a forma com que os moradores resistem ante os embates enfrentados na disputa pela terra, como também as relações coletivas que se constroem na comunidade ao fixarem novas territorialidades.

## **Narrativas e Resistências na Luta pela Terra e Território**

Entre as inúmeras incursões em campo que ocorreram em minhas visitas e observações na comunidade desde o ano de 2017, sempre observei a realidade da vida ribeirinha e, nesse contato, sempre ouvi histórias sobre a formação do acampamento, inclusive sobre a escolha de seu nome: Coragem. Em uma dessas conversas, um dos pescadores me confidenciou: “Porque quando viemos pra cá disseram que tínhamos corô de jacaré, que tinha que ter coragem pra entrar aqui, e nois temos, porque só resiste quem tem coragem” (J.P.C, 59 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 14/01/2018).

A resistência é recorrente nos processos de ocupação territorial, como as realizadas pelas populações atingidas pelas barragens que buscam alternativas de subsistência em territórios de disputa, como a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem que, atualmente disputa a conquista da terra contra os empreendedores da usina. A resistência sempre esteve presente nos conflitos das populações tradicionais em lutas pela terra, nesse contexto, destacam-se as narrativas dos acampados que resistem na luta pela terra que hoje ocupam.

Diante disso, “[...] ao resistir aos projetos hidrelétricos, o MAB enfrenta ao mesmo tempo o sistema capitalista – com seu caráter economicamente explorador, socialmente excludente, ideologicamente imperialista e colonizador – e o modelo energético” (BENINCÁ, 2011, p. 261). A resistência é um fator recorrente na luta dos moradores do Acampamento Coragem, seja na luta pelos direitos negados, pela subsistência, pelos modos de vida ou pela condição de acampados.

As formas de resistir perpassam suas narrativas mesmo no início da construção da barragem de Estreito. Muitas ocupações e manifestações foram realizadas na época da implantação da UHEE, com destaque à ocupação em frente ao canteiro de obras e a caminhada que realizaram de Araguaína a Estreito (ocorridas em agosto de 2010), vistas como formas de lutar pelo direito do pescador e resistir contra a construção do empreendimento.

Conforme destaca um dos acampados, “Participei de quase todas elas. Teve manifestação que nois fumo pra Araguaína e voltemo de a pé fazendo manifestação. Depois mais duas ali da ponte até na porta do CESTE, a segunda vez nois fomo barrado pela polícia lá” (C.B.N, 59 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

As narrativas dos moradores da comunidade compõem trajetórias de luta e resistência na luta pela terra, na reivindicação dos seus modos de vida. A ocupação do próprio território pauta-se em ocupar, produzir e resistir, tendo em vista que o objetivo de estar no acampamento é justamente para continuar exercendo suas atividades profissionais e darem continuidade aos seus modos de vida.

Porque a gente precisava dessa terra, nois precisava da terra tanto pra trabalhar como melhoria também da pesca pra nois, pra gente ter um local, trabalhando e pescando ao redor também né. A gente tendo o acesso pra gente ficar, porque hoje ninguém num quer aceitar mais ninguém nas terra né. Porque antes não tinha esse negócio de APP, hoje tem essa APP o caba não pode mais fazer um barraco na área de APP. E antes não tinha. Ai hoje os fazendeiro, quem tem terra não aceita. Então a gente tá querendo um local pra gente também ter esse acesso. Plantar e pescar porque é a atividade da gente (F.A.A.S, 56 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/07/2019).

Nesse sentido, a ocupação deste território ocorre por questões de sobrevivência, tendo em vista que as práticas profissionais dos acampados relacionam-se com o uso da terra para produzir, assim como do lago para pescar. Como bem destaca a pescadora: “Porque além de eu ser pescadora e não tenho terra, não tenho casa na rua. Então eu pensei, não, a gente não tem uma casa, não tem outra terra, então aqui a gente luta e se der certo é uma boa né” (D.F.O, 57 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/07/2019).

A ocupação do território ocorre, nesse sentido, como sobrevivência, tendo em vista que, em alguns casos, destacam-se moradores que encontraram no acampamento um lar para continuarem vivendo, e por meio disso, exercem práticas de resistir na luta por esse território.

Entre as narrativas, destacam-se dois casos específicos de moradores que migraram de outros estados e encontraram no acampamento um lugar para morada, ou como um deles menciona sobre o motivo de estar ocupando esse território:

É, porque foi aonde surgiu um pedacinho de terra que deu certo pra mim colocar minha família pra trabalhar (D.B.S, 52 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/07/2019).

Por causa da necessidade que a gente tinha, porque a gente não tem onde morar. Ai foi onde entrou o apoio do Seu Antonio e da Dona Jacirene que teve a frente do movimento né, do acampamento aqui. A gente não tinha aonde morar e tava morando lá na ilha, e era uma ilha e não podem ser mexidas. A gente teve que tá mudando de barraco em barraco, porque não pode ter um barraco fixo na beira da barragem (J.M.S, 33 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

As histórias dos dois relacionam-se com o fato de encontrarem no Acampamento Coragem um lugar de refúgio e de morada. A partir disso, podemos destacar que a ocupação exerce formas coletivas de luta pela terra, integrando ao grupo realidades distintas de pessoas que, assim como os atingidos pela barragem de Estreito, se encontram em condições vulneráveis e encontram no acampamento formas de subsistência. A narrativa acima é de uma representante de uma família que é atingida pela barragem de Guadalupe, localizada no município de Boa Esperança (PI).

A família sobrevive da pesca e viveu a realidade dos impactos causados em outra barragem. De acordo com a pescadora, o motivo de migrar para a cidade de Estreito se deu justamente por ficar sabendo da usina, e por viver da pesca e essa produção já ter sido totalmente afetada em sua cidade, decidiu mudar-se em busca de continuar pescando, conforme destaca:

Na verdade a gente veio pra cá pelo fato da escassez dos peixes né, porque como todo mundo sabe as barragem eles começam uma construção afirmando que vai ser bom pro pescador com a quantidade maior de água, que vai ter mais peixe, mas nada disso. Geralmente quando essas barragens são fundadas a escassez dos peixes começam desde já, por quê? Porque é uma quantidade muito grande de água, vai ligar a outros rios, outras barragens e os peixes tendem a migrar, sumir do rio. Enquanto fica bom, em vez de ficar bom fica ruim, né. Ai o que que acontece é nois viemos pra cá correndo atrás de um futuro, de peixe, de pescar, e por fim quando chegamos aqui encontramos esse grupo de pessoas querendo um lugar né, pra morar pelo fato da prejudicação que foi a vida no decorrer da barragem. As pessoas que tinham terras, que tinham roças, fazendas, tudo, vazante. Ai tava esse grupo de pessoas a gente se juntou a eles e viemos lutar por esse espaço né. Que é mais do que nunca merecido pra todos (J.M.S, 33 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

Percebe-se na narrativa da pescadora que a ocupação se deu através da busca por um futuro, o que ela encontrou na comunidade em que hoje vive. Mesmo com a queda na produção pesqueira, como também das espécies de peixe, que é relato recorrente entre a maioria dos pescadores, essa família encontra formas de sobreviver através da pesca escassa que atualmente encontram no lago. Por meio disso, observamos que as narrativas de resistência dos ribeirinhos adentram no campo da subsistência, por serem pescadores e, como muitos destacam, “é a profissão que eu tenho”, a morada na beira do rio se dá exatamente pelo exercício de sua prática profissional.

Resistir também significa reconhecimento de luta e participação ativa na luta pelos direitos. Como mencionado anteriormente nesse trabalho, a formação política e educativa dos moradores dessa comunidade se deu através da participação do MAB na

ocupação da terra. Após quatro anos de ocupação os acampados destacam os significados e representações que o acampamento tem para eles:

Representa conhecimento de luta, que a gente tá lutando, tá aprendendo. Representa uma história na vida da gente, na minha vida também, porque eu não esperava por isso, mas tamo passando por isso aí e eu espero que mais na frente vamo representar coisa melhor (J.P.S, 61 ANOS, ENTREVISTA ORAL, 08/09/2019).

Por meio disso, destaca-se que as narrativas na luta pela terra perpassam sentidos e significados que os moradores atribuem à luta que enfrentam na justiça, assim como a representação que o Acampamento Coragem têm sobre suas vidas, sendo destaque em muitas das histórias de vida o lugar de sossego para morar e continuar plantando, pescando e criando. O espaço do campo, ou “eu fui criado no mato”, como alguns destacam, define a forma como essa população busca de resistir e continuar exercendo suas práticas de subsistência, tendo em vista que o meio rural se dá como melhor espaço de vivência, encontrando nessa terra formas de continuar sobrevivendo e praticando seus modos de vida.

### **Considerações finais**

O presente estudo apontou como a construção de uma barragem, mesmo após a sua implementação continua a impactar nos modos de vida das populações ribeirinhas, nesse caso específico, a da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem. Os participantes narram suas trajetórias de luta e resistência, e como a ocupação do território abarca os sentidos e os significados que o lugar a beira do rio tem para eles.

Tendo em vista que o lugar no qual ocorreu este estudo carrega sentidos de experiências e vivências definidos pelos/as interlocutores/as, conforme destacado neste trabalho, a beira do rio é destacada pelos/as moradores/as como lugar, sociologicamente, da vivência dos ribeirinhos/as e pescadores/as, pelo fato de que o rio associa-se, especificamente, aos modos de subsistência dessa população, que sobrevive da terra e do rio a partir da produção pesqueira e das plantações.

Dessa forma, a luta pela terra envolve questões para além dos processos de desterritorialização e reterritorialização, o que implica na categoria lugar com um sentido de memória e afetividade que os/as acampados/as atribuem ao lugar do qual



foram desterritorializados. Com isso, a luta pela reterritorialização se dá em torno da ocupação de um lugar à beira do rio/lago justamente por caracterizar-se como o lugar de rememoração, o território que foi alagado. Com isso, as reivindicações da população ribeirinha ligam-se intrinsecamente a continuarem exercendo seus modos de vida em um território às margens do rio, conforme viviam antes da chegada da barragem.

## REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural, 2010.

ALMEIDA; Rejane Cleide Medeiros de; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. A nova cartografia social como instrumento de resistência: reflexões sobre a história de vida dos camponeses e camponesas na luta pela terra – MST/ Goiás. **Campo - território**: Revista de Geografia Agrária, v.12, n.27, p. 287-308, 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Nova cartografia social da Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida.(Orgs.) **Povos e comunidades tradicionais**: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, p.28-34, 2013.

ALMEIDA, Graziela Rodrigues de. **Terra indígenas e o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito**: análise etnográfica de um conflito socioambiental. 2007. 122f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, UnB: Brasília, 2007.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & Cidadania**: a luta dos atingidos por barragens. São Paulo: Cortez, 2011.

BRITO, Katiane Santana. **“Não existe babaçu livre em terra presa”**: estratégia, autonomia e resistência nos babaçuais. São Luís, MA. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, 2019.

CARVALHO, Graziane de Araújo Pitombeira. **Da Ilha de São José ao Reassentamento Coletivo Baixão**: alterações nos modos de vida após a implantação da UHE/Estreito (MA), em 2012. 2018. 175f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

PEREIRA, Jaciene. **O atual modelo energético e a gestão ambiental no Brasil: uma análise a partir do caso da UHE-Estreito e os impactos socioespaciais em Carolina - MA.** 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Universidade Estadual do Maranhão: UEMA, São Luís, MA, 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAFESTTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTIAGO, Carlos Leen. **O Estreito Desenvolvimento: história dos conflitos socioambientais da barragem.** Imperatriz, MA: Ética, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SIEBEN, Airton. **Estado e Política Energética: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito.** 2012. 203 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia: UFU, Uberlândia, MG, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

\_\_\_\_\_. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Londrina: Eduel, 2012.

|  |
|--|
| Recebido em 01/03/2021.<br>Aceito para publicação em 04/05/2021. |
|--|